



## Fortaleza

[El Jadida \[Mazagão\], Norte de África, Marrocos](#)

### *Arquitetura militar*

Após o duro golpe para o prestígio das forças portuguesas que constituiu a perda da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, em março de 1541, D. João III vê-se obrigado a definir rapidamente uma nova estratégia para a presença portuguesa no Norte de África. Apesar da fragilidade defensiva das praças portuguesas do sul de Marrocos e da impossibilidade prática de serem transformadas e adaptadas às novas necessidades de defesa, em relação à moderna artilharia, o rei não quis abdicar por completo da presença nesta região. Desejando-se conservar uma base de operações no sul de Marrocos, foi decidido concentrar os esforços na construção de uma nova estrutura fortificada no lugar do Castelo de Mazagão. O sítio que algumas décadas antes havia sido escolhido para a construção do castelo pela sua localização junto à ampla baía e fácil acesso de mar reunia boas condições para a implantação de uma estrutura fortificada de grandes dimensões sobre a ampla plataforma rochosa existente. Num momento em que a ameaça árabe era particularmente temida, a presença do pequeno castelo irá ter um papel importante no sistema de defesa durante os árduos trabalhos de construção, antes que seja possível encerrar o perímetro da nova fortaleza. Mazagão será uma vila-fortaleza projetada de acordo com os princípios mais avançados do sistema de fortificação abaluartada, adaptada a resistir às mais modernas técnicas de armas de fogo.

Uma vez tomada a decisão de realizar a nova fortificação, tudo aconteceu com grande rapidez. Em março de 1541 D. João III nomeou como governador da praça Luís de Loureiro, soldado experimentado na guerra de África, que acompanhou os trabalhos da fortificação, ao comando das operações militares. Em maio de 1541, o arquiteto Diogo de Torralva esteve em Mazagão, encarregado de contactar os comandantes militares e navais locais, com o objetivo de estudar o local onde se iria erguer a fortaleza. É possível que os desenhos e o modelo entretanto realizados por Francisco de Holanda tenham tido uma influência na concepção da fortaleza, no mínimo no que se refere à escala e localização do conjunto. Por volta de finais de junho, Benedetto da Ravenna – arquiteto italiano que havia muito trabalhava para o imperador Carlos V, aqui pontualmente ao serviço de D. João III – visitou a praça na companhia de Miguel de Arruda, onde confirmou o local de implantação e traçou os planos da nova fortaleza. Em julho, João de Castilho e João Ribeiro chegaram a Mazagão, onde asseguraram a direção das obras à frente de mais de mil homens. O receio de um ataque por parte do Xerife Mulei Mohâmede Xequê levou à presença de uma forte guarnição apoiada por uma armada estacionada na baía, que assegura a segurança dos trabalhos. A insegurança do território complicava as atividades e reduzia as horas úteis de trabalho. Também as construções existentes eram insuficientes para alojar e satisfazer as necessidades da população, constituída na sua grande parte por pedreiros e soldados. Apesar das difíceis condições em que se processaram, os trabalhos avançam com rapidez. Em dezembro de 1542, o governador Luís de Loureiro escreveu ao rei, informando-o de que as muralhas estavam acabadas e que dois terços das obras podiam dar-se por concluídas. Os trabalhos continuarão, mas agora já sob a proteção do perímetro fortificado.

Em março de 1562, o exército de Mulei Abdalá, filho de Mulei Mohâmede Xequê, efetivou um primeiro cerco à praça, que durará três meses e ao qual os portugueses irão resistir. O poder dos mouros continuou a crescer, encontrando-se mais unificados e possuindo maior capacidade de fogo. Com o abandono de Arzila e Alcácer Ceguer, os esforços dos portugueses no Norte de Africa concentraram-se em Ceuta, Tânger e Mazagão, praças defendidas por robustas frentes abaluartadas, com bons acessos por mar. Mazagão será a que resistiu por mais tempo afeta à coroa portuguesa, mas, até ao seu abandono, a vila-fortaleza viveu em clima de estado de guerra e permanente conflito com os mouros, temendo constantemente o cerco. Dependente dos produtos que lhe chegavam desde a Metrópole, era habitual o estado de carência alimentar, devido à deficiência do reabastecimento por mar. Quando, em 1769, o marquês de Pombal ordenou a retirada dos portugueses, a situação na praça era crítica. Os portugueses resistiam com dificuldade face à pressão dos ataques dos mouros, que provavelmente teriam já provocado um certo grau de destruição na estrutura defensiva. Ao retirar, os portugueses minaram e fizeram explodir algumas zonas da fortaleza, causando-lhe graves danos. Em 1769, a estrutura da praça corresponderia, em grande parte, à estrutura construída no século XVI – sendo provável que apresentasse marcas dos danos causados por dois séculos de conflito –, mas foi a ação de

destruição realizada pelos portugueses que lhe causou os fortes danos que ainda hoje podemos confirmar em certas zonas da fortificação. As cortinas e baluartes da frente poente/terrestre sofreram o maior grau de destruição.

Em 1821, sob as ordens de Sidi Mohammed Ben Ettayeb, deu-se início às obras de reconstrução da muralha e da vila, que se encontrava em ruínas. Uma análise detalhada da construção existente, nomeadamente de alguns elementos particulares, como as canhoneiras, permite-nos identificar as secções que correspondem às obras de reconstrução nas diferentes zonas da fortaleza. Pela tipologia, dimensão e qualidade dos materiais, são identificáveis com clareza os elementos que pertencem e que não pertencem à estrutura original. Os trabalhos de reconstrução terão sido desenvolvidos em diferentes momentos, ao longo de algumas décadas, e realizaram-se em praticamente toda a fortaleza, excluindo a cortina sul, a cortina norte e o interior dos baluartes. Parte dos trabalhos de reconstrução foram executados ainda a pensar em fins militares, tendo aqui sido instalada uma guarnição. A partir de meados do século XIX, no exterior do perímetro fortificado, começou a desenvolver-se a cidade de El Jadida e foi atulhado o fosso junto à fachada poente/terrestre. No início do século XX, o conjunto apresentaria uma morfologia próxima da que podemos encontrar hoje, mas mantinha ainda o fosso frente à fachada norte – atulhado na segunda década do século – e a praia junto ao fosso sul.

A escolha de Benedetto da Ravena para autor do projeto da fortaleza constitui só por si um marco de mudança, na procura dos métodos mais avançados de concepção de estruturas fortificadas. O arquiteto propôs um projeto inovador, baseado num sistema de frentes abaluartadas, onde foi introduzido o baluarte pentagonal, assegurando uma defesa integrada, com fogo rasante e cruzado, de proteção entre baluartes e cortinas. Projetada de raiz, a vila-fortaleza foi pensada como um todo. A definição da escala do perímetro fortificado estava diretamente relacionada com a dimensão da estrutura urbana interior e com o número de pessoas adequado à sua defesa, procurando assegurar um elevado grau de autosustentabilidade. A morfologia do perímetro fortificado parece partir de uma forma regular, retangular, que foi modelada e transformada de modo a melhor adaptar-se ao terreno e melhor responder às necessidades defensivas. A implantação definida estava diretamente relacionada com o preexistente castelo manuelino, que passou a constituir o centro geométrico de todo o conjunto. Avançada sobre o mar, foi criada uma zona de desembarque, acessível a embarcações de grande porte. Para que este porto assegurasse as melhores condições de utilização, grande parte do perímetro fortificado foi construído já dentro do mar. Naturalmente, a implantação estaria ainda relacionada com as próprias características do terreno e com um equilíbrio do esforço de construção. A definição do perímetro mais para o lado da terra implicaria um maior trabalho de abertura de fossos na rocha e, mais dentro do mar, o aumento da dificuldade de construção das muralhas, assim como do risco da sua destruição.

O recinto fortificado era constituído, essencialmente, por cinco baluartes – quatro deles existentes – unidos por espessas cortinas, abrindo-se, na fachada marítima, uma pequena calheta. As robustas cortinas estavam preparadas para resistir a impactos de artilharia grossa, sendo o perfil do reparo constituído por um expressivo terraplano, com as escarpas exterior e interior em alvenaria de pedra rebocada e a plataforma superior em terra batida. A transição entre a escarpa exterior, ligeiramente inclinada, e o pano do parapeito, mais vertical, foi realizada apenas por uma diferença de ângulo, não existindo qualquer tipo de cordão. A superfície superior dos reparos possui uma cota, entre cinco e sete metros, acima do nível da vila. Todo o perímetro fortificado era cercado por água, através do fosso e do próprio mar. Durante os trabalhos de reconstrução de meados do século XIX, sobre a escarpa interior, no limite interno das plataformas, foram construídos muros que separavam física e visualmente a plataforma do reparo da estrutura urbana interior. Hoje, apenas na zona junto à Porta do Mar existe com tacto visual direto com a malha urbana no interior da praça. As cortinas sul e norte conservam as características da construção de 1541, não tendo sofrido alterações significativas ao longo dos séculos e correspondendo claramente a uma tipologia de transição. São cortinas quebradas – com o objetivo de ampliar o ângulo de campo de tiro –, o que marca fortemente a morfologia do conjunto. Com uma largura total próxima dos onze metros, os reparos são constituídos por plataformas com cerca de oito metros de largura, e parapeitos com cerca de três metros e trinta de espessura, onde se localizam robustas canhoneiras. Frente à cortina sul, existe ainda hoje o fosso, o que nos permite apreciar esta estrutura com a escala e imponência originais. A cortina poente/terra era composta pelos dois troços entre baluartes. Esses troços não possuíam canhoneiras, localizando-se estas apenas nos baluartes. Com os seus três baluartes originais, esta frente apresentava semelhanças com a frente sul da Fortaleza de Basso, em Florença, construída poucos anos antes, em 1534, por Antonio da Sangallo. Esta foi a frente que sofreu maior destruição, quando do abandono da praça, tendo sido muito danificados os baluartes do Governador, de Santo António e do Santo Espírito, assim como o reparo. Nas obras do século XIX e início do XX, após a demolição do que restava do Baluarte do Governador, foram construídos muros sobre as ruínas da fachada, que conferiram ao conjunto uma altura constante. As faces dos baluartes de Santo António e do Santo Espírito passaram a estar integradas na cortina. No interior, sobre os destroços do reparo, foram construídos alguns edifícios de habitação. Após o atulhamento do fosso, em que toda a fachada ficou parcialmente enterrada, abriram-se novas portas. Foi aplicado, em toda a superfície, um reboco que confere certa homogeneidade a esta fachada, de aspecto incaracterístico. Na cortina nascente/mar, ao abrigo dos ventos atlânticos, protegida e escondida em relação a terra, a calheta assegurava proteção e segurança ao desembarque, e abastecimento através da Porta da Ribeira. Junto ao Baluarte do Anjo existia uma torreta e uma canhoneira, para proteção da calheta. Esta é a única frente onde os baluartes não possuíam flancos nem canhoneiras baixas. A espessura do parapeito, assim como a largura do próprio reparo, com cerca de seis metros, é muito inferior à das restantes cortinas. Com o inimigo do lado de terra, o uso de artilharia pesada estava previsto apenas para a defesa da calheta, sendo as canhoneiras existentes posteriores à presença portuguesa.

Segundo a Planta de c.1721, os baluartes possuem plataformas terraplanadas, sobre as quais existem ou existiram diversas construções. Alguns possuíam dois níveis de plataformas, uma com uma cota ligeiramente superior à do reparo e outra mais alta, onde se concentravam as canhoneiras, distribuídas pelas faces e flancos. No interior dos baluartes, a um nível inferior, localizavam-se casamatas com canhoneiras inferiores sobre o fosso. Todos os baluartes possuíam orelhões curvos encabeçados por torreta, provavelmente coberta por abóbada, com frestas de observação e tiro. Cada baluarte possuía ainda um pequeno paiol, para uso em tempo de guerra. O Baluarte do Governador, também chamado Baluarte de Nossa Senhora, assegurava a entrada na fortaleza pelo lado de terra. A estrutura interna era composta por um primeiro compartimento, onde existia uma canhoneira inferior, sobre o fosso, no flanco em direção ao Baluarte de Santo António, e um outro compartimento, que antecedia a entrada na praça, por debaixo do reparo. Da plataforma do reparo, subia-se por uma rampa central para a plataforma do baluarte, onde se localizavam as canhoneiras e, junto ao flanco norte, existia o orelhão com torreta. O baluarte terá sido minado pelos portugueses, ficando muito destruído. Após o atulhamento do fosso poente, a entrada no conjunto fazia-se ainda através da estrutura que restava do baluarte, que terá sido demolida por volta do início do século XX. O Baluarte de Santo António, conhecido também como Baluarte de São Jorge ou Baluarte de D. Diogo, possuía ângulo flanqueado em bico e dois flancos com orelhões curvos e torreta. Apresenta hoje uma morfologia exterior muito alterada em relação à construção inicial. Terá sofrido graves danos por parte dos portugueses, reconhecendo-se ainda elementos da estrutura original, como algumas canhoneiras superiores e o flanco voltado para o Baluarte de São Sebastião, com orelhão curvo, torreta e canhoneira a nível inferior. No nível inferior, o interior do baluarte mantém a estrutura original, constituída por duas casamatas ligadas entre si, com canhoneiras voltadas sobre os flancos e acesso desde o interior da praça, através de um corredor. Existe ainda uma ligação à Porta da Traição, estrutura relativamente bem conservada. As casamatas possuem abertura no teto, através da qual se realizaria a ventilação necessária. O Baluarte de São Sebastião, ou Baluarte do Norte, é o único que mantém o seu ângulo flanqueado em bico, com cunhal ligeiramente arredondado. O baluarte possui um único flanco, voltado a poente, onde se localiza o orelhão curvo com torreta e a canhoneira inferior. Do lado do mar, a face do baluarte encontra-se no prolongamento da cortina, fazendo com ela um ligeiro ângulo. O espaço interior do baluarte, onde se localizava o paiol, aparenta não ter sofrido alterações significativas em relação à estrutura original. É constituído por uma casamata, com canhoneira voltada sobre o flanco poente, fazendo-se o acesso através de escada e corredor, já ao nível do interior da praça. Sobre o baluarte existia uma plataforma mais elevada em relação ao

reparo, cujo acesso se fazia por rampa junto à face do baluarte, voltada para o lado do mar. A intervenção do século XIX, nesta plataforma, reformulou o acesso, que passou a realizar-se por rampa desde o meio da plataforma, tendo sido abertas novas canhoneiras, voltadas para o lado do mar. O Baluarte do Anjo, também denominado como Baluarte de Santiago, é constituído por um torreão redondo, com uma tipologia ainda com características do período inicial de transição.

A estrutura existente encontra-se em relativo bom estado, conservando a sua morfologia com um único flanco, voltado a poente, e mantendo o orelhão curvo, a torreta e a canhoneira a nível inferior, embora entaipada. A torreta, cilíndrica, com acesso desde a plataforma do baluarte, possui um diâmetro de cerca de três metros e meio, três frestas de observação e tiro e foi, provavelmente, coberta por abóbada de tijolo. O espaço interior do baluarte é o mais reduzido de todos, limitando-se à escada e corredor até à canhoneira inferior, com uma porta ligeiramente acima do nível do fosso. O acesso à plataforma superior do torreão, antes realizado por rampa junto à cortina do lado do mar, após as intervenções do século XIX, passou a fazer-se por uma rampa construída no meio do baluarte, no local onde existiu a Capela de Nossa Senhora do Pilar. O Baluarte do Espírito Santo, também chamado Baluarte do Serrão ou Baluarte do Combate, possuía ângulo flanqueado em bico, dois orelhões curvos e uma plataforma mais alta com acesso desde o reparo através de uma rampa central, onde se concentrava a maior quantidade de canhoneiras. O baluarte terá sido minado pelos portugueses, o que lhe causou profundos estragos, encontrando-se hoje muito desfigurado. A estrutura interna, que era constituída por duas casamatas independentes, encontra-se em ruína, sem qualquer utilização, sendo o acesso realizado desde o exterior do recinto através da abertura que corresponde à antiga canhoneira inferior, no flanco voltado para o Baluarte do Governador. Reconhecem-se ainda as pedras de calcário que constituíam esta canhoneira.

O sistema de portas da fortaleza manteve-se sem sofrer alterações significativas durante todo o período de presença dos portugueses. O conjunto de portas do Baluarte do Governador, que constituía a entrada principal na praça, desapareceu com a destruição deste baluarte, restando apenas os vestígios da cantaria de uma das suas portas. A Porta da Traição, junto ao Baluarte de Santo António, constituída por arco de volta perfeita, em cantaria de pedra calcária, integra-se num conjunto com antecâmara, defendida por canhoneiras, que mantém grande parte da estrutura primitiva. A Porta dos Bois, na fachada norte, junto ao ângulo da cortina, é constituída por um arco em tijolo maciço com alguns elementos de pedra calcária. Durante a construção da fortaleza, terá servido para fazer entrar o material retirado da abertura do fosso, aplicado na realização do terrapleno dos reparos e baluartes (notícia que acompanha a Planta de 1611). A porta foi encerrada durante o cerco de 1562, e assim permaneceu até ao século XX, quando, após o enchimento do fosso, foi reaberta. A Porta da Ribeira, junto à calheta, era a única porta voltada para o mar, através da qual a fortificação era reabastecida. Com arco de volta perfeita, em cantaria de pedra calcária, possui uma pequena antecâmara, com a espessura do reparo, que antecede o acesso ao interior da fortificação – espaço, agora, ocupado por uma padaria. A Porta do Mar, no final da Rua da Carreira, é um arco de volta perfeita, em cantaria de pedra calcária, com cerca de sete metros de largura por quatro e meio de altura e a espessura completa do reparo, numa zona em que este é particularmente largo. Abrindo-se diretamente para o interior da fortificação, sem qualquer antecâmara, este arco claramente não corresponde à tipologia da fortaleza. Também as plantas de 1611 e a de c.1720 são claras quanto ao facto de esta porta não existir.

Por outro lado, o tipo de pedra, a qualidade do aparelho e da própria construção são características que correspondem ao tipo de construção realizado de origem pelos portugueses, não se identificando com as intervenções marroquinas de meados do século XIX. Não encontrando referências em relação à origem da porta, somos levados a supor que esta foi construída de origem em 1542, como um arco estrutural, conservado aberto durante o período de construção da fortaleza e da vila. Através desta abertura era possível a entrada de pequenas embarcações dentro do perímetro fortificado, com uma ligação direta à Rua da Carreira, a principal via de ligação e distribuição no interior da praça. Com os principais trabalhos de construção concluídos, o arco foi encerrado e à sua frente, no interior da praça, foram construídos alguns edifícios. Após 1821, estes edifícios foram demolidos, sendo prolongada a Rua da Carreira, e a porta foi reaberta, num processo que apresenta semelhanças com o que vai suceder à Porta dos Bois. O sistema de acessos do nível da praça à plataforma do reparo, que se terá mantido durante a presença portuguesa, sofreu alterações significativas após 1821. Na construção inicial existiam cinco acessos à plataforma do reparo: uma rampa e uma escada a meio da frente marítima, na zona da calheta, uma rampa a meio da cortina norte, uma escada a meio da frente sul e outra a meio da frente terrestre, junto ao Baluarte do Governador. Destes, a escada da calheta é o único acesso que mantém a localização.

As canhoneiras superiores existentes, sobre baluartes e cortinas, dividem-se em duas diferentes tipologias, que correspondem essencialmente a dois momentos de construção: as canhoneiras de pedra calcária, correspondentes à construção de 1541, e as canhoneiras de arenito, correspondentes à intervenção de meados do século XIX. As canhoneiras de origem portuguesa são facilmente identificáveis. De construção robusta e sólida, em pedra aparelhada com uma estereotomia de desenho rigoroso e sofisticado e dimensões consideráveis, possuem um parapeito bastante largo, normalmente à volta de três metros e trinta centímetros, com merlão de perfil arredondado, inclinado para o exterior. As canhoneiras de nível inferior, abertas sobre o fosso nos flancos dos baluartes, eram igualmente construídas em cantaria de pedra calcária aparelhada, robustas e de grandes dimensões.

A defesa da fortificação era complementada pelo conjunto de obras exteriores, entre as quais o fosso, os revelins, o caminho coberto e os molhes. De acordo com a Planta de 1611, o fosso, integralmente escavado na rocha, possuía uma largura entre catorze metros, frente ao Baluarte de São Sebastião, e trinta e sete metros frente às cortinas norte e sul, bem como uma profundidade aproximada de quatro metros e quarenta, permitindo a circulação de embarcações.

A experiência inovadora de Mazagão, constituindo um momento determinante na evolução da fortificação, irá ter uma presença marcante nas construções realizadas durante os anos que se seguem em vários pontos do mundo, como é o caso de Ceuta ou de Diu, fortalezas com robustas frentes abaluartadas e baluartes em ângulo.

João Barros Matos



Tweetar

Gosto {

0 Comentários | [Comentar](#) | Última Actualização 29/11/2012